



**CONTRATO N.º ....202..**

**PAD Nº 015845/2021**

**Anexo IV  
Minuta de Contrato**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS, que entre si fazem o  
TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DO PARANÁ e a  
empresa .....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pela Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos nº 10.024/19, nº 7.892/2013 e nº 8.538/15, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e em conformidade com edital de licitação do Pregão Eletrônico - SRP n.º...../202..., regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, PAD n.º 015845/2021, e a proposta vencedora, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º ....., com sede em cidade/UF, ....., nº ....., bairro....., CEP: ....., telefone:....., e-mail .....@....., neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., CPF n.º \*\*\*.....-\*\*, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acertado mediante as seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - Contratação de empresa especializada para realizar serviço de **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS** (sem motorista e sem combustível), para atendimento das demandas do período eleitoral, dentro do Estado do Paraná.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**1.3** - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por regime de empreitada por preço unitário.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO**

**2.1** - Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

**2.2** - Local de entrega ou execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados para a Justiça Eleitoral em, no mínimo, 06 (seis) cidades do Estado do Paraná, conforme item 2.3 do Termo de Referência – Anexo I.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**3.1**- As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as normas relativas à proteção de dados, conforme Lei nº 13.709/2018 (LGPD), estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

**3.2** - Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **CLAUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA**

**4.1** - O presente contrato vigorará pelo período de .... (.....) meses, de ...../...../..... a ...../...../....., podendo ser prorrogado ou rescindido antecipadamente a critério da Administração, nos termos do art. 57, §1º, da Lei nº 8666/93.

**4.2** - A prestação dos serviços ocorrerá:

*(Scon: adequar o período de vigência, com dois meses a mais da execução, e preencher o descritivo abaixo, conforme pedido)*

**a)** Item 1: de ...../...../..... a ...../...../..... (mensal).

**b)** Item 2: de ...../...../..... a ...../...../..... (21 dias).

**c)** Item 3: de ...../...../..... a ...../...../..... (14 dias).

**d)** Item 4: de ...../...../..... a ...../...../..... (mensal).

## **CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** - A despesa com o presente instrumento correrá a conta do Programa de Trabalho – PTRES: 167864;

Elemento de despesa: 33.90.33.03;

Notas de Empenho: 2022NE....., emitida em ...../...../2022;

Categoria econômica: custeio;

Código SIASG: 4014.

## **CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

**6.1** - O Contratante pagará a Contratada o valor total de R\$ ..... (.....), pelo cumprimento do objeto deste contrato, conforme discriminado a seguir:

*(Scon: adequar conforme pedido)*

Item	Descrição	Quant. de Veículos	Preço unitário por período	Preço total
1	Locação de veículos de passeio <b>PERÍODO MENSAL</b>			
2	Locação de veículos de passeio, pelo <b>PERÍODO DE 21 (VINTE E UM) dias</b>			
3	Locação de veículos de passeio, pelo <b>PERÍODO DE 14 (QUATORZE) DIAS</b>			
4	Locação de veículos tipo 4 x 4, <b>PERÍODO MENSAL</b>			
Total:				

**6.1.2** - O pagamento será realizado mensalmente, conforme os serviços efetivamente executados, mediante apresentação de relatório detalhado de cada mês em que conste a descrição individual do período de locação e valores de cada zona eleitoral.

**6.1.3** - A contratada estará sujeita a todo e qualquer tributo incidente sobre o objeto desta contratação, nos termos de legislação específica.

**6.1.4** - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

## **6.2 - Do documento fiscal:**

**6.2.1** - O documento fiscal deverá ser enviada ao fiscal/gestor do contrato da Seção de Transportes e Expedição do TRE/PR, localizada na Rua João Parolin, 224 – Prado Velho – Curitiba – Paraná. No caso de nota fiscal eletrônica, esta poderá também ser encaminhada para o e-mail [cgle@tre-pr.jus.br](mailto:cgle@tre-pr.jus.br).

**6.2.2** - O CNPJ cadastrado no sistema Comprasnet, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

**6.2.2.1** - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa licitante vencedora. Nesse caso, ambos os CNPJs (licitante vencedora e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular.

**6.3** - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato;
- e) Discriminação dos serviços unitários e totais, conforme o caso;
- f) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

## **6.4 - Das condições do pagamento:**

**6.4.1.** - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será

realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

**6.5** - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**6.5.1** - Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelo fiscal do contrato. E até 05 (cinco) dias úteis, contados do atestado pelo fiscal, para o Gestor do contrato realizar o atestado definitivo dos serviços.

**6.5.2** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**6.5.3** - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor ou até 5(cinco) dias úteis, se o valor da fatura for até R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), conforme artigo 5º § 3º da Lei nº 8.666/93.

**6.5.4** - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 6.2.2.1.

**6.5.4.1** - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**6.5.5** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.5.6** - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

**6.5.7 - Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto e proceda solicitação formal, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

**I** =  $i/365$  (onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%)

**I** =  $(6/100)/365$

**6.6** - Da regularidade fiscal:

**6.6.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**6.6.1.1** - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**6.6.1.1.1** - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

**6.6.2** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

**a)** por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

**b)** por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

**c)** por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**6.6.2.1** - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**7.1** - Nos termos da Lei nº 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência anexo I, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE**

**8.1** - O reajuste dos contratos com vigência de até 01 (um) ano encontra-se suspenso até disciplinamento diverso e nas condições de legislação federal.

**8.2** - Em havendo prorrogação, os valores poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta (data da abertura da licitação), segundo a variação do IPCA (Índice de Preços do Consumidor Amplo) de cada período específico, editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

**8.3** - A concessão do reajuste dar-se-á retroativamente à data do termo final do interregno de 12 (doze) meses da data da proposta (data da abertura da Licitação), após devidamente analisado pelo CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002:

<b>TIPO</b>	<b>Inadimplemento/ Descrição</b>	<b>Sanção</b>	<b>Base de Cálculo</b>
Leve	Descumprir quaisquer das responsabilidades desta contratação, não previstas nos itens abaixo.	Advertência	NÃO HÁ
Médio	Deixar de regularizar o descumprimento das obrigações desta contratação.	Multa de 1% ao dia até o limite de 15%	Valor TOTAL do Contrato
Grave	Incidência recorrente em falhas nas obrigações desta contratação.	Multa de 10%	Valor TOTAL do Contrato
Grave	Atraso de até 5 (cinco) dias para disponibilizar o veículo	Multa de 30%	Valor TOTAL da locação do veículo
Gravíssimo	Indisponibilizar ou comprometer o andamento dos serviços eleitorais em decorrência de falha na execução do objeto.	Impedimento de licitar e contratar com a União	Rescisão do contrato por culpa da contratada
Gravíssimo	Atraso na entrega dos veículos, superior a 5 (cinco) dias.	Impedimento de licitar e contratar com a União	Rescisão do contrato por culpa da contratada
Gravíssimo	Inadimplência total do Contrato	Impedimento de licitar e contratar com a União	Rescisão do contrato por culpa da contratada

**9.2** - Além do estabelecido nos itens acima, a Contratada será multada em 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela não observância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

**9.3** - Em casos de rescisão, a sanção poderá ser cumulada com multa de 15% sobre o valor total do contrato.

**9.4** - Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**9.5** - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**9.6** - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**10.1** - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 77 e art. 78 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**11.1** – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO**

**12.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**12.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital<sup>2</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, ..... de ..... de 2022.

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

**Dr. Valcir Mombach**  
Diretor - Geral - TRE/PR  
p/Contratante

Anexos do contrato:

ANEXO I (Termo de Referência),

ANEXO III (Relação de cidades com ZE),

ANEXO IV (Termo de sigilo e responsabilidade),

---

<sup>1</sup> Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

<sup>2</sup> Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.